

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS - 2008**

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Examinador: Desembargador Caetano Levi Lopes

ORIENTAÇÕES:

- 1) Dispensa-se a forma de sentença ou decisão interlocutória para as respostas.
- 2) Dispensa-se a transcrição de dispositivos legais, bastando a menção aos que forem pertinentes.
- 3) Procure responder de forma clara, objetiva, sucinta e legível.
- 4) O candidato deverá restringir-se às hipóteses contidas nas questões; outras hipóteses não serão consideradas.
- 5) As respostas serão apreciadas, também, quanto à correção e adequação do uso da língua portuguesa, além da clareza, objetividade, conteúdo e forma de exposição.

QUESTÃO 01

Dissertar sobre a ação cautelar de busca e apreensão, abordando a legitimação, o objeto, a liminar com ou sem justificção prévia, a contracautela, a resistência, a fase instrutória, a sentença e a execução da medida.

QUESTÃO 02

“A” aforou ação de indenização contra “B”, pretendendo receber a importância de R\$1.000.000,00. A pretensão foi atendida e a intimação da sentença ocorreu em 15.10.2007. Os honorários advocatícios foram fixados em 10% sobre o valor da condenação. O vencido não interpôs recurso e, no dia 12.11.2007, efetuou o pagamento no importe de R\$300.000,00 mais R\$30.000,00 a título de honorários advocatícios. Em 14.12.2007, o vencedor requereu o cumprimento da sentença, na modalidade de execução, e apresentou planilha contendo os seguintes valores: a) R\$700.000,00 pelo principal; b) R\$70.000,00 pelos honorários advocatícios; c) R\$70.000,00 pela multa prevista no art. 475-J do CPC. Requereu, ainda, fosse feito arbitramento de honorários advocatícios para a execução. O juiz, antes de decidir o pedido, preferiu ouvir o devedor. Este asseverou que a verba não é devida porque: a) os honorários advocatícios fixados na sentença abrange as fases de conhecimento e execução; b) a multa abrange a remuneração pelos eventuais serviços do advogado na fase de execução.

Com base nestes dados, redigir a decisão sobre o derradeiro pedido formulado pelo credor, levando-se em conta a orientação do Superior Tribunal de Justiça em relação ao tema.

QUESTÃO 03

Dissertar sobre o princípio da unirrecorribilidade e a fungibilidade recursal.

QUESTÃO 04

“A” faleceu e deixou, além da viúva “B”, os filhos “C”, “D”, “E”, e “F”, todos menores. Iniciado o inventário, “G” alegou que o falecido manteve com ela união estável nos últimos quatro anos e geraram a filha “H”, embora ele, simultaneamente, mantivesse a união conjugal. A filha “H” foi reconhecida por escritura pública ainda não averbada no registro civil. “G” alegou, ainda, terem ela e o falecido adquirido, no curso da união estável, um automóvel importado no valor de R\$150.000,00, porém, registrado na repartição administrativa em nome de “A”. Requereu fosse admitida na condição de meeira do veículo e, na condição de representante legal de “H”, fosse a menor admitida no rol dos herdeiros. Ouvidos, a viúva “B” e os filhos “C”, “D”, “E” e “F” informaram que desconheciam o suposto convívio simultâneo de “A” com “G” na constância do casamento dele, mas concordaram que “H” era filha do falecido em decorrência de relacionamento extraconjugal e, portanto, poderia ser habilitada como herdeira. O juiz entendeu que o pedido de “G”, relacionado com a união estável sem separação de fato, é tese jurídica complexa. Entendeu, também, que a habilitação de “H”, na condição de herdeira, é questão de alta indagação porque a escritura pública de reconhecimento da paternidade ainda não foi averbada e estaria sujeita a impugnação tanto pela viúva e quanto pelos filhos do inventariado. Determinou que “G” e a filha “H” procurassem as vias ordinárias. Analise, no aspecto estritamente processual, se a decisão foi correta ou incorreta, fundamentando a resposta.

QUESTÃO 05

Dissertar sobre a ação de embargos de terceiro e a ação incidental de embargos do devedor, esclarecendo a natureza jurídica de cada uma delas, os objetivos, bem como os procedimentos que devem ser adotados.